

ASSOCIADO RUBENS RORIZ FAZ PANORAMA DE PAUTAS NO CONGRESSO QUE INTERESSAM AO FISCO

Nesta edição do InformAAFIT, Rubens Roriz da Silva, reeleito para mais um mandato à frente do Sindicato dos Auditores da Receita do Distrito Federal (Sindifisco/DF),

faz um panorama sobre projetos, reuniões e audiências do Congresso Nacional em defesa dos interesses dos servidores dos fiscos federal, estadual e municipal.



Rubens Roriz comentou sobre três assuntos de grande relevância para a categoria: a Frente Parlamentar em Defesa do Fisco, que tem como carro-chefe a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186/07; o Projeto de Lei (PL) 3123/2015 que, dentre outros dispositi-

vos, fixa para os servidores públicos estaduais e do Distrito Federal, no âmbito do Poder Executivo, remuneração mensal limitada ao subsídio mensal, em espécie, do governador; e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/16, que propõe o refinanciamento da dívida dos estados e do Distrito Federal, mas é um

novo mecanismo de ataque aos servidores públicos nas três esferas da administração, pois prevê alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal que aprofundam as restrições em relação aos servidores e impõe uma série de exigências fiscais como condição para adesão ao plano de auxílio aos estados e ao DF.

1) FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO FISCO: “UM MARCO NA LUTA PELO FORTALECIMENTO DO FISCO BRASILEIRO”

AAFIT – O que se espera do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Fisco, que está marcado para 23 de agosto, na Câmara dos deputados?

Rubens Roriz – A Frente Parlamentar em Defesa do Fisco é um marco na luta pelo fortalecimento do fisco brasileiro no âmbito da Câmara dos Deputados. Nunca tivemos uma frente de Deputados para defender exclusivamente os interesses da nossa categoria. Nossa expectativa é criar um ambiente propício para o avanço dos temas mais relevantes para os fiscos federal, estadual, distrital e municipal. Esse Frente conta com a atuação de várias en-

tidades que representam o segmento corporativo dos auditores fiscais e tributários do Brasil, tais como, Fenat, Febrafite, Sindifisco Nacional, Unafisco, Anfipp, Fenafim, Fenafisco etc.

AAFIT – O que prevê o estatuto da Frente?

Rubens Roriz – O estatuto prevê, basicamente, o desenvolvimento de estudos e o debate perene com a sociedade sobre os sistemas tributário, aduaneiro e de seguridade social; o monitoramento e a fiscalização das políticas tributárias de todos os entes federados, promovendo estudos, simpósios, seminários e audiências públicas; e a promoção e o aperfeiçoamento da

legislação tributária em todas as esferas da federação. Ademais, queremos discutir e garantir conquistas atinentes às condições de trabalho, situações de risco e segurança funcional, regime previdenciário, exercício de atribuições, autonomia funcional e prerrogativas legais e constitucionais das autoridades tributárias.

AAFIT – Um dos temas prioritários da Frente é a PEC 186/07, que assegura às Administrações Tributárias autonomia administrativa, financeira e funcional, e as iniciativas de suas propostas orçamentárias nos limites da LDO. Qual é a importância da aprovação dessa proposta para o Fisco em nível nacional? ▶

Associação dos Auditores Tributários do Distrito Federal (AAFIT)

Complexo Administrativo e Social - SHIN CA 11 Lote 10
Centro de Atividades do Lago Norte
Brasília/DF CEP: 71.503-504
Telefones: +55 (61) 3468-1808, 3468-1828, 3468-5871
FAX: +55 (61) 3468-5698

Jornalista responsável:

Diego Freitas (DRT-DF 8679) – 98138-3854
jornalistadiegotfreitas@gmail.com
Diagramação:
Weder Monteiro Araujo – 99253-0902
agenciaolhardigital@gmail.com
Impressão:
Rodrigues Gráfica – 99390-6400
rodrigues.artefinal@gmail.com

FILIADO A



O site da AAFIT (<http://www.aafit.org.br/>) está sempre atualizado com notícias do seu interesse. Entre, leia e mantenha-se informado sobre tudo que acontece na associação e nas áreas fiscal e tributária.

Rubens Roriz – A Lei Maior já prevê a precedência e a essencialidade da administração tributária. A PEC 186/2007 dispõe da necessidade de uma lei complementar que vai aduzir direitos, deveres, garantias e prerrogativas. Além de dispor a autonomia administrativa, financeira e funcional das administrações tributárias, essa legislação vai fazer com que o auditor fiscal tributário seja efetivamente considerado uma AUTORIDADE TRIBUTÁRIA NO BRASIL. A exemplo do magistrado, do

promotor de Justiça e do defensor, o status de autoridade tributária para o auditor da Receita fará com que tenhamos prerrogativas semelhantes, dentro da nossa esfera de competência. São essas as prerrogativas que esperamos que sejam reconhecidas com a PEC 186/2007. Ela é um carro-chefe da Frente Parlamentar em Defesa do Fisco.

AAFIT – *Acerca desse assunto, gostaria de fazer mais alguma consideração?*

Rubens Roriz – Além da PEC 186/2007, queremos ter a possibilidade de a Frente trabalhar uma reforma tributária. Sobre este tema, quem tem que propor reforma tributária são os auditores fiscais tributários, pois trabalhamos com essa matéria no dia a dia e temos consciência do que deve mudar para buscar eficiência e justiça fiscal. O tempo da reforma é político, mas o conteúdo deve necessariamente ter a opinião dos profissionais que lidam com o tema na administração tributária.

2) PL 3123: “COLOCA DENTRO DO TETO AS VERBAS REMUNERATÓRIAS E OS SUBSÍDIOS MENSIS DOS AGENTES POLÍTICOS E PÚBLICOS”

AAFIT – *Como o senhor avalia o PL 3123/2015, que prevê que servidores públicos federais não ganhem mais do que ministros do Supremo?*

Rubens Roriz – Ele é uma ação do executivo com o objetivo de disciplinar, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos de que trata o inciso XI do caput e os §§ 9º e 11º do artigo 37 da Constituição Federal.

AAFIT – *Quais são os principais pontos do PL 3123?*

Rubens Roriz – Colocar dentro do teto as verbas remuneratórias e os subsídios mensais dos agentes citados. Todavia, o texto original prevê o abrigo no teto de verbas remuneratórias que gostaríamos que estivessem fora dele, como, por exemplo, o prêmio de desempenho, que prejudicará alguns estados da federação.

AAFIT – *Há previsão de quando esse PL será votado?*

Rubens Roriz – Foi retirada a sua urgência constitucional. Agora está apenas na urgência regimental da Câmara dos Deputados. Todavia, seja com qualquer governo, ele será ata-

cado para votação. Acho que nesse segundo semestre ele vêm à baila.

AAFIT – *Caso seja aprovado, qual é o impacto dessa lei para os servidores?*

Rubens Roriz – É a possibilidade de o teto ser definido pelo governo estadual, municipal e distrital. No caso do DF, o teto está disposto na Lei Orgânica e Lei Complementar n.º 840/2011, como 90,25% do STF, ou seja, o subsídio do desembargador. Contudo, cria a possibilidade de o governo de plantão querer reduzi-lo. Isso afetaria várias categorias, inclusive a nossa.

3) PLP 257: “O PL DO FIM DO MUNDO”

AAFIT – *A Câmara não aprovou a urgência para o PLP 257, considerado outro pacote de maldades do governo federal contra os servidores nas três esferas da administração. Quais são os principais pontos dessa proposta?*

Rubens Roriz – Esse já era considerado o PL do “fim do mundo”. Tantas eram as artimanhas para prejudicar o servidor público que o alarmismo era necessário. Contudo, dele já foi retirada a urgência constitucional, permanecendo apenas a regimental. Com a nova renegociação das dívidas dos estados, ele acabará tendo que ser reformulado ante este fato novo. Entretanto, respondendo a pergunta, ele estabelecia, em síntese, o seguinte: a) plano de auxílio aos estados e DF, por intermédio de aditamento à avença contratual da dívida. Prevvia a contrapartida dos estados de não dar aumento ao funcionalismo

por 24 meses, limitar crescimento de despesas correntes, vedar incentivo ou benefício de ordem tributária, suspender concursos e contratações, instituir regime de previdência próprio, majorar alíquota da contribuição seguridade social do servidor; e b) propõe mudanças significativas na Lei de Responsabilidade Fiscal, sem um estudo técnico sobre estas alterações. É realmente um projeto complexo e polêmico.

AAFIT – *Como o senhor avalia as contrapartidas que o GDF teria que aceitar para aderir ao novo financiamento?*

Rubens Roriz – Extremamente prejudiciais aos servidores distritais. Entretanto, o GDF, ao nosso sentir, não precisa aderir ao alongamento da dívida, em face de a mesma não comprometer significativamente suas finanças, pois o nível de

endividamento do DF é pequeno, se comparado a outras unidades federadas.

AAFIT – *O que os servidores e as entidades que os representam podem fazer para barrar no Congresso a aprovação dessa proposta?*

Rubens Roriz – Unindo forças contra esse ajuste fiscal. A Frente Parlamentar também está sendo acionada para barrar.

AAFIT – *Sobre esse tema polêmico, gostaria de fazer mais alguma consideração?*

Rubens Roriz – Com a última PEC de controle de gastos governamentais, esse PLP 257 acabou ficando pequeno. Agora, o arrocho vem da própria Constituição, caso seja aprovada essa PEC. ■



FAMÍLIA AAFIT PERDE DUAS ASSOCIADAS

É com pesar que a AAFIT comunica o falecimento das associadas Ioacy Carlos da Silva Couto, no último dia 9, e Nancy dos Santos Amazonas, em 6 de julho. Ioacy ingressou no Fisco distrital em 1961 e tinha 80 anos. Nancy Amazonas faleceu aos 91 anos. Ela foi diretora da associação nos períodos de 1987 a 1989 e de 1993 a 2007.

A AAFIT lamenta a perda dessas duas pioneiras da nossa categoria e oferece aos familiares e amigos condolências, bem como os mais estimados préstimos.

Agosto está chegando e com ele renovamos nossa expectativa de que, no retorno do recesso forense, o Supremo Tribunal Federal mantenha na pauta a ADI 4730 e a julgue procedente.